



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140856 - MG (2021/0003278-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : RUAN FELIPE TEIXEIRA LIMA (PRESO)
ADVOGADO : MARLON HENRIQUE RODRIGUES - MG174438
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : LUAN VITOR TEIXEIRA LIMA
CORRÉU : MATEUS FELIPE ROCHA DE RESENDE
CORRÉU : GABRIEL VINICIUS DA SILVA OLIVEIRA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RUAN FELIPE TEIXEIRA LIMA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0000.20.559545-7/000).

O recorrente está preso preventivamente pela suposta prática do delito capitulado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal uma vez que a segregação processual despida de fundamentação idônea não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes do art. 312 do CPP.

Aduz, ainda, que o recorrente possui condições pessoais favoráveis, sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Pleiteia a concessão da ordem, liminarmente, para que seja expedido o alvará de soltura, com a aplicação das medidas estabelecidas no art. 319 do CPP, determinando a suspensão dos efeitos do acórdão, até o julgamento final do presente *writ*.

No mérito, pugna que o presente recurso seja julgado integralmente procedente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente